

Sociedade e modernidade: a celebração do indivíduo e a minimização do sujeito

José Sávio Leopoldi

Individualismo, holismo; indivíduo, sujeito

Em termos antropológicos, pode-se conceber dois tipos de formação social: de um lado, estão aqueles que se baseiam no predomínio da idéia de coletividade, associadas à ideologia holista; de outro, aqueles que priorizam a instância individual e que se pautam pelo ideário individualista. Tais configurações estão caracteristicamente associadas à oposição que se estabelece entre sociedade tradicional e sociedade moderna. Naquela o espaço social é concebido e vivido em sintonia maior com a coletividade, o indivíduo se resumindo a uma peça – ainda que das mais importantes – da engrenagem social. Já na sociedade moderna, mesmo considerando que a instância coletiva estabelece acima dos agentes sociais as diretrizes e o perfil do conjunto, o indivíduo é visto como a chave mestra de todo arcabouço social e celebrado como a instância que materializa as qualidades que humanizam definitivamente o ser humano: a liberdade e a igualdade.

Um contraste bem aprofundado entre as sociedades individualistas do Ocidente moderno e as sociedades coletivistas (holistas), foi realizado por Louis Dumont – antropólogo, discípulo de Lévi-Strauss, portanto, vinculado ao estruturalismo francês –, ao estudar a sociedade de castas da Índia. Segundo Dumont,

O acento incide sobre a sociedade em seu conjunto, como Homem coletivo; o ideal define-se pela organização da sociedade em vista de seus fins (e não em vista da felicidade individual); trata-se, antes de tudo, de ordem, de hierarquia, cada homem particular deve contribuir em seu lugar para a ordem

global, e a justiça consiste em proporcionar as funções sociais com relação ao conjunto (Dumont, 1992:57).

Mesmo num tal contexto é evidente a importância do indivíduo, já que é ele o ator social que encarna esse ideal coletivista e que exterioriza na vivência cotidiana a natureza da sua humanidade, prenhe desse coletivismo. No entanto, nesse quadro característico das sociedades tradicionais, o indivíduo cede em importância e significado à categoria mais abrangente que é a coletividade, a expressão do conjunto dos indivíduos. Esta percepção coletivizadora do contexto social configura o que se convencionou chamar de *holismo*.

Para as sociedades modernas, ao contrário, cada ser humano emerge da sua constituição biológica como um agente social individualizado, que traz em si a marca de toda a humanidade. Nesse caso, o indivíduo é o objetivo final da sociedade que cumpre seu destino à medida que cria melhores condições para que ele viva em sintonia com sua natureza mais essencial, revelada por instâncias fundamentais como a liberdade e a igualdade. A sociedade constitui, assim, o ambiente através do qual o indivíduo encarna o espírito da coletividade, fornecendo os meios para sua realização como o fim legítimo da humanidade. A presença desse caráter coletivista no indivíduo foi marcante na sociologia francesa, particularmente com Émile Durkheim (1858-1917), considerado um dos fundadores da sociologia, que deu considerável contribuição ao estudo das sociedades, particularmente com suas reflexões sobre *representação coletiva* e *consciência coletiva* (cf. *Sociologia e filosofia*, 1970), instâncias que resultam espontaneamente da interação entre os indivíduos de um determinado contexto social. Nesse caso, o indivíduo pode ser visto como o repositório das normas e valores criados pela dinâmica da vida social e inconscientemente absorvida por ele. A sociedade, portanto, se representa no indivíduo através das categorias criadas pela coletividade, e não constitui apenas o somatório de indivíduos; antes, resulta da interação que se estabelece entre eles. Mas o foco da importância se desloca da sociedade para o indivíduo que surge não apenas como a *cellula mater* do conjunto societário, mas também, e principalmente, como *ser moral* desse conjunto.

A oposição entre individualismo e holismo é consistente num nível de abstração elevado, adequado ao tratamento de categorias mais inclusivas. Nesse sentido é lícito que se oponham a sociedade ocidental moderna e as sociedades tradicionais, considerando que a primeira é permeada pela filosofia individualista e a segunda pela holista ou coletivista. Com isso quer-se enfatizar que no Ocidente a noção de indivíduo é fundamental para a compreensão daquilo que Clifford Geertz, muito apropriadamente, chamou de *fluxo do discurso social*. Para esse antropólogo americano, figura de proa da antropologia interpretativista, aquela noção é a peça básica na construção do edifício social, onde, não obstante, há lugar para idéias abrangentes – como coletividade, nação, sociedade, etc. – cuja importância não pode ser minimizada. Mas a categoria

absolutamente central do universo sócio-cultural que caracteristicamente é referido como *Ocidente* é a de *indivíduo*. A ênfase no vínculo entre a sociedade moderna e o individualismo é de tal monta que acabou praticamente destituindo as sociedades tradicionais de qualquer compromisso com ele. É como se nestas o indivíduo, ou o que pode significar nelas a pessoa humana, na realidade não existisse; como se ele estivesse reduzido apenas à expressão do coletivo, à essência da sociedade. Neste caso, o *fluxo do discurso social* só pode ser adequadamente interpretado quando se observa a precedência das noções de cunho holístico.

O indivíduo, visto como o objetivo final da sociedade, constitui, portanto, a essência da ideologia individualista que permeia as sociedades modernas, particularmente as de feição liberal. Isto porque o liberalismo sustenta que apenas a sua concepção de indivíduo, juntamente com as ideias de liberdade e igualdade que lhe são inerentes, permite defini-lo plenamente como tal. Essa noção de individualismo não é uma criação do indivíduo, mas da coletividade em que ele se insere, como asseverou Dumont, ao observar que “a percepção de nós mesmos como indivíduos não é inata, mas aprendida. Em última análise, ela nos é prescrita, imposta pela sociedade em que vivemos” (Dumont, 1992:56).

A sociedade moderna tem no indivíduo sua mola mestra, no sentido de que deve estar, em última instância, à sua disposição. Tal indivíduo, portanto, é tomado como um fim em si mesmo. Mas na realidade a categoria *indivíduo* abriga dois sentidos diferentes, confundidos freqüentemente nas questões levantadas em torno dele. De um lado, tem-se o indivíduo universal, o ser moral, posicionado num nível elevado de abstração e objeto das formulações de caráter generalizante. A noção de *individualismo* se configura em sintonia com essa categoria de indivíduo, esse ser moral a cujo serviço a sociedade teoricamente se organiza e em função do qual se define – ser moral que se nutre, particularmente, de dois ingredientes tão prezados quanto difíceis de serem explicitados: a liberdade e a igualdade. Assim, quando se diz que todos os indivíduos nascem iguais e devem ser iguais perante as leis, é aquele indivíduo moral, generalizado e idealizado, que se tem em mente. Os princípios de moral e justiça, que constituem a base do ordenamento social, só podem ser delineados a partir da comunhão de tais indivíduos quanto às concepções do que seja o bem comum que deve ser acessível a todos, aos meios para a concretização dos objetivos comuns e à disposição de agirem com equidade e com um sentido de justiça para que todos possam ser contemplados de maneira igualitária.

Para a sociedade moderna o indivíduo é uma peça tão importante para sua ideologia e para a justificação de suas atividades e de seus empreendimentos que, de uma noção abstrata, idealizada, com um caráter necessariamente generalizante, esse indivíduo adquire contornos concretos, de *ser no mundo*, de sujeito objetivo da ação. E isso ocorre a tal ponto e com tal intensidade que se é levado não só a acreditar na existência real dele – desse indivíduo abstrato – como também a pensar que ele existe

em nós, que *somos* esse indivíduo. As ciências sociais exorcizaram há já um bom tempo a materialização do *homem genérico*, do *homem mediano* ou *típico*, considerando que na realidade ele não existe; existe apenas como abstração, como concepção teórica, como generalidade, a qualquer título necessária para fazer valer outras generalizações e abstrações tão ilusórias como ele, como é o caso da sociedade, da nação, enfim, de qualquer idéia de conjunto onde a coletividade possa também estar representada em cada uma das unidades que a compõem. Sem aprofundarmos aqui essa questão – mais sintonizada com o campo filosófico e que demandaria outras linhas de reflexão – cabe, no entanto, dizer que não só uma coletividade não existe concretamente (a não ser que se pense em termos quantitativos, do conjunto concreto de indivíduos) como não existe o indivíduo típico dela, o indivíduo padrão, o indivíduo genérico de que estamos falando. Na realidade existem apenas pessoas, unidades reais da espécie humana, que não conformam o modelo idealizado da unidade abstrata e geral, o tipo *mediano*; não obstante, este se faz necessário para que se possa dar conta das outras generalidades em que ele se *insere* e que, por serem abstrações, não são por isso de menor importância para o discurso, o método e o rigor científicos.

A digressão acima constitui apenas um pano de fundo para retomarmos a questão da inexistência real do indivíduo – padrão, genérico, abstrato –, e da existência – esta, sim, real, concreta, materializada – do *ser no mundo*, do sujeito efetivo da ação, que contribui para a construção daquele, mas que não deve confundir-se com ele. A distância que os separa pode, talvez, ser comparada com a que vai do cérebro (a porção encefálica concreta, materialmente constituída) às imagens e representações que ele produz. Cabe, portanto, enfatizar a oposição entre o primeiro elemento – referido aqui como *indivíduo* – e o segundo, o homem real, aqui denominado *sujeito*. Quando se diz, portanto, que o individualismo é uma ideologia onde prevalece a figura do indivíduo, é do indivíduo abstrato, genérico, que se trata. Com isso quer-se afirmar que as referências feitas ao indivíduo pelo credo individualista nem sempre se materializam no *sujeito* da vida real; que aquele é apenas uma referência para a constituição do conjunto social que representa todos os sujeitos particulares.

Daí poder-se dizer que as tão apregoadas qualidades da ideologia individualista constituem, antes, metas ideais a serem buscadas, do que princípios efetivamente praticados, por mais que se creia que eles realmente possam contemplar a vida cotidiana dos sujeitos. Quem na sociedade moderna poderia se opor a uma tão justa afirmação quanto a que apregoa que, considerando a natureza e os objetivos da sociedade individualista, *todos são iguais perante a lei*? Mas, a que igualdade se refere e que lei seria essa? E se a lei for considerada injusta? Uma lei que consagra a escravidão é legal? É justa? É legítima? Do ponto de vista de quem? Em um sistema escravocrata, senhores e escravos são iguais perante a lei da escravidão? Por que devem obedecer igualmente a ela se os trata de maneira tão desigual? É de justiça, então, uma lei estabelecer e legitimar desigualdades? A lei não deve ser igual para

todos? Mas, como pode ser igual para todos, se a diferença é um dado inescapável da condição humana e não pode ser desconsiderada para que a lei trate de maneira mais justa essa diferença? Ou é mais justa a lei que favorece os menos capazes para promover uma igualdade que pode ser vista como artificial ou mesmo injusta pelos mais determinados ou mais competentes? Ou se deve preservar as desigualdades para se fazer valer outro tipo de justiça, levando em conta que nem sempre elas são desvantajosas para a sociedade, caso em que se observaria a máxima: *igualdade é tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desigualam?*

A ideologia individualista, portanto, pode tratar muito bem o *indivíduo* – o ser genérico, abstrato –, mas nem sempre faz o mesmo com o *sujeito*, o agente social concreto, inescapavelmente submetido às idiossincrasias e contradições inerentes à vida em coletividade. E se se leva em conta as outras dimensões da sociedade moderna – como o sistema econômico capitalista e o processo de comunicação de massa – com as quais o individualismo aduba cada vez mais eloqüentemente o terreno para que o *indivíduo* reine incontestavelmente no imaginário da cada *sujeito*, percebe-se que, inversamente, este mesmo sujeito fica cada vez mais descaracterizado, frágil, ameaçado, sitiado pela própria ideologia individualista. Assim, observa-se que a sua individualidade, sua originalidade e sua liberdade são mitos criados pela imaginação social da sociedade moderna. É o que se passa a argumentar para demonstrar que o indivíduo de que trata a ideologia liberal é fenômeno ilusório, abstrato, construído pretensamente como modelo a ser vivenciado pelos sujeitos em uma sociedade justa, livre e igualitária, mas cujo preço é pago por estes próprios sujeitos que imperceptivelmente se veem, paradoxalmente, cercados de menos liberdade e de menor igualdade.

Liberalismo e modernidade: o individualismo contra o indivíduo

A crença de que a ideologia individualista centrada no *indivíduo* estabelece diretrizes, condições e direitos que são compartilhados igualmente por todos os *seres no mundo*, pelos *sujeitos empíricos*, é apenas uma idealização da vida em sociedade com indivíduos iguais e independentes, celebrados num cenário de liberdade e justiça. Na realidade, o individualismo acaba constringendo o sujeito no sentido de cobrar dele uma adaptação às injunções sócio-culturais da atualidade, largamente influenciadas pela mídia e pelo modelo econômico que valoriza o consumismo, a frugalidade, os modismos. Mas, acima de tudo, ele tem que se empenhar na “venda” de uma imagem positiva do *eu*, a par de uma sintonia – por mais artificial que seja – com o ambiente que o cerca. Pode-se dizer, então, que o *individualismo se posiciona contra o indivíduo*, contra o sujeito empírico, à medida que o tiraniza para fazê-lo adaptar-se aos valores do meio e ser valorizado por aqueles com quem convive, aos quais quer causar boa impressão, passando a imagem de uma pessoa bem integrada e bem-sucedida.

A sociedade de economia liberal, que estimulou de maneira expressiva as chamadas conquistas da alta tecnologia, da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa que pareciam alargar o campo das liberdades individuais, na realidade – através desses mesmos mecanismos – acabou controlando, submetendo, invadindo, ameaçando e angustiando o *indivíduo concreto*, o *ser no mundo*, o sujeito de carne e osso, que vai sendo na prática cada vez mais afastado das benesses do credo individualista. Assim, se o individualismo teoricamente valoriza de maneira desmesurada o *indivíduo ideal*, na prática atua contra o *indivíduo real*, o sujeito. Ao nível da realidade empírica, portanto, a sociedade acaba descurando deste – o sujeito real – a quem aparentemente quer celebrar e celebra o indivíduo (genérico) que na prática não existe. Nesse jogo de oposições entre realidades e abstrações, concretudes e irrealidades, vida e sonho, projeto e fantasia, o indivíduo comum, o *ser no mundo* acaba retraindo-se, recolhendo-se do espaço público para o privado, passando da ênfase na percepção do outro à postura intimista, da condição de objetividade ao envolvimento com o próprio sentimento.

A subordinação do sujeito às determinações do sistema, às exigências que este, na realidade, acaba impondo àquele a quem teoricamente devia servir – o *indivíduo concreto* – o reduz à condição de marionete manipulado pelas forças econômicas, pela demanda do mercado, pelos meios de comunicação e pela necessidade de integrar-se ao conjunto da sociedade. E essa integração pode ser alcançada através de uma estratégia que visa à adaptação superficial, passageira, às necessidades do momento num dado contexto. Essa maleabilidade exigida do homem moderno é associada por Ernest Gellner (1926-1995) às características dos práticos *móveis modulares* que se compõem com os vários ambientes e diferentes espaços graças à sua adaptabilidade: suas partes desconectadas podem ser encaixadas, combinadas e recombinadas de acordo com a necessidade do momento. Para esse pensador francês de formação multidisciplinar, o homem moderno é um *homem modular* no sentido de que

Pode combinar-se com associações limitadas para um propósito específico (...). Pode deixar uma associação quando discorda de sua orientação, sem ficar sujeito à acusação de traição. Uma sociedade de mercado opera não só com preços mutáveis, mas também com filiações e opiniões mutáveis: não há um preço justo nem uma justa categorização dos homens; tudo pode e deve mudar, sem, de forma alguma, violar a ordem moral. (...) As associações do homem modular podem ser efetivas sem ser rígidas! (...) A modularidade do homem é a principal resposta à pergunta: Como pode haver instituições ou associações que contrabalancem o Estado e que não sejam sufocantes? (Gellner, 1996:90, 91).

Outra forma de integração do indivíduo à sociedade é propiciada pela identificação com imagens, pelo consumo de bens, materiais e culturais, que a mídia

associa, através da propaganda, à participação em um mundo de alegrias e de prazeres ao alcance do indivíduo modernizado, que para isso deixa para trás tradições, valores mais autênticos, sua própria história, bem como a história da sua comunidade. A sintonia do homem com o mundo moderno exige o usufruto do momento vivido no palco da vida que se desenrola à sua volta, ao qual é convocado para representar imagens que transmitam aos outros a ideia de *bem sucedido*. Como observa Contardo Calligaris, psicanalista italiano de inspiração lacaniana,

Para a modernidade, desde o fim do século XVIII o indivíduo em sua autonomia vale mais do que a comunidade que o abriga. É provável, então, que ele recuse o patrimônio herdado e que, para ser alguém, lhe reste correr atrás de imagens. Todo o mundo, aliás, concordará que, em nossa época, diluem-se os valores e as referências tradicionais, e talvez, momentaneamente, prevaleça a caça às imagens agradáveis (aos outros) (Calligaris, 1996:50-51).

Identificar-se com tais imagens, consumir e consumi-las, significa então *participar*, inserir-se no fluxo de ilusões que apontam para a auto-realização, a busca do sucesso pessoal articulado com um *sentido de modernidade*, qualquer que seja o sentido que essa expressão possa conter. Nessa trajetória em busca da felicidade prometida pelos meios de comunicação, o indivíduo vive mitos, sonhos, rituais que legitimam o modelo de produção industrial e de consumo de massa, transformando-se naquilo que de fato interessa ao sistema – o cidadão consumidor. Cidadão esse que, frequentemente, se confunde – e, ao mesmo tempo em que é obrigado a se confundir, almeja essa confusão – com os bens que consome e com os objetos e marcas que o *legitimam* aos olhos do público que o cerca. Nesse processo de fusão ele virtualmente passa a ser esses bens e esses objetos, assimilando-os à sua identidade para consumo público e, não raramente, para seu consumo particular, quando acredita que as qualidades trombeteadas pela propaganda das coisas que consome lhe são disponibilizadas pelo simples consumo delas.

Uma imagem tão poética quanto vigorosa do *homem-anúncio* – aquele que exhibe as marcas dos produtos adquiridos – é oferecida por Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), freqüentemente considerado o autor mais importante da moderna poesia brasileira, que, com a sensibilidade e a grandeza dos gênios literários, condensa – no poema *Eu, etiqueta* – através de pungentes idéias, imagens e símbolos, a delirante trajetória do *homem sentinte, pensante e consciente da sua humanidade ao homem-coisa, ao homem-objeto*. Este percebe que, em vez de simplesmente usar os artigos que compra, é na realidade usado por eles:

Fazem de mim um homem-anúncio itinerante, escravo da matéria anunciada.
Estou, estou na moda. É doce estar na moda, ainda que a moda seja negar

minha identidade (...). Com que inocência demito-me de ser eu que antes era e me sabia tão diverso de outros, tão mim-mesmo, ser pensante, sentinte e solidário com outros seres diversos e conscientes de sua humana, invencível condição. Agora sou anúncio (...). Por me ostentar assim, tão orgulhoso de ser não eu, mas artigo industrial, peço que meu nome retifiquem. Já não me convém o título de homem. Meu nome novo é coisa. Eu sou a coisa, coisamente (Andrade, 1994:110,111).

Sob cerrado *ataque* ao mesmo tempo abrangente e pontual dos meios de comunicação, da propaganda, da economia, da indústria cultural e do consumismo a serviço da sociedade de massa, o indivíduo desenvolve então mecanismos, estratégias, manobras defensivas, para proteger ou camuflar seu *eu* mais interior. Assim, como ator sofrido pela desidentificação de si mesmo, busca apresentar-se da maneira mais adequada e positiva ao *público* observante, que – ironia das ironias – é freqüentemente produto exclusivo da sua própria imaginação. Tais estratégias foram estudadas, com bastante profundidade, já anos 1960 por Erving Goffman (1922-1982), sociólogo canadense cujos trabalhos voltaram-se especialmente para a comunicação humana interpessoal onde sujeitos-atores dramatizam papéis, na expectativa de evocar julgamentos favoráveis do *eu* que apresentam ao *público*. Em sua clássica obra *A representação do eu na vida cotidiana* (1985), observa-se a fragmentação do sujeito em sua tentativa de mostrar-se adaptado aos diferentes espaços sociais que freqüenta, em harmonia com as características mais valorizadas desse ambiente. O indivíduo age, então, como um ator, procurando transmitir uma imagem positiva aos membros do grupo, processo esse de que nem sempre tem plena consciência. Diz Goffman:

Independentemente do objetivo particular que o indivíduo tenha em mente e da razão desse objetivo, será do interesse dele regular a conduta dos outros, principalmente a maneira como o tratam. Este controle é realizado principalmente através da influência sobre a definição da situação que os outros venham a formular. (...) Em sua qualidade de atores, os indivíduos se interessarão em manter a impressão de que vivem à altura dos múltiplos padrões pelos quais eles e seus produtos são julgados. (...) Mas, enquanto atores, os indivíduos interessam-se não pela questão moral de realizar esses padrões, mas pela questão amoral de maquinar uma impressão convincente de que estes padrões estão sendo realizados (Goffman, 1985:13, 230).

Goffman divide explicitamente o indivíduo em dois agentes diferenciados, que desempenham papéis fundamentais: de um lado, tem-se o *ator*, o sujeito que protagoniza uma representação com o objetivo de impressionar favoravelmente o grupo e ser aceito por ele; de outro, a personagem representada, que não tem necessariamente

origem no *eu* interior do sujeito, na sua verdadeira individualidade; ela resulta da ação específica que engendra e da impressão que causa aos observadores. Mas, pode-se ainda acrescentar ao quadro de Goffman mais uma figura participante do processo que o sujeito desencadeia para efetivar uma representação convincente no seu palco social. Além do sujeito empírico, o indivíduo real, que desempenha o papel de ator, e da personagem representada adequadamente ao ambiente social e ao grupo ao qual quer causar impressão positiva, destaca-se o *eu* mais interior do sujeito, a instância sócio-psicológica que define a sua individualidade, que constitui a essência da sua personalidade diferenciada.

Essa instância foi consagrada pela expressão o *mínimo eu* (1986) de Christopher Lasch (1932-1994), sociólogo americano, crítico exacerbado da sociedade pós-moderna, da economia capitalista avançada, dos meios de comunicação de massa e da idealização do consumismo norte-americano. Sua abordagem dá muita consistência à argumentação que estamos desenvolvendo em torno do *individualismo contra o indivíduo*, do mito de que a sociedade moderna cria condições para que o *sujeito empírico* se realize em toda sua plenitude, quando na realidade ele vive a angústia de preservar o núcleo mais íntimo da sua pessoa. Segundo Lasch,

Em uma época carregada de problemas, a vida cotidiana passa a ser um exercício de sobrevivência. Vive-se um dia de cada vez. Raramente se olha para trás, por medo de sucumbir a uma debilitante nostalgia; e quando se olha para frente, é para ver como se garantir contra os desastres que todos aguardam. (...) Sob assédio, o eu se contrai num núcleo defensivo, em guarda diante da adversidade. O equilíbrio emocional exige um *eu mínimo*, não o eu soberano do passado (Lasch, 1986:9,14).

De maneira semelhante, em *A cultura do narcisismo* (1983), Lasch delineia um quadro em que o indivíduo, acuado pelos meios de comunicação de massa e pelos valores culturais que eles implementam, vive angustiado, tentando encontrar uma inacessível paz interior, ao mesmo tempo em que se defronta com o drama de aceitar a banalidade da vida cotidiana. A busca de estratégias de sobrevivência, de não se deixar consumir pela máquina que reduz todos os homens a impessoalidades massificadas pelo sistema e de resistir ao controle cada vez maior dos aparelhos de Estado sintonizados com os meios de comunicação de massa, acaba apontando, como única saída para o indivíduo, o comportamento típico da personalidade narcisista, com reflexos negativos para tudo aquilo que o cerca, da família ao ambiente de trabalho, das relações de amizade ao simples lazer.

O que se observa, portanto, é que a sociedade moderna, que já foi definida como a *sociedade do espetáculo* por Guy Debord (1931-1994) – filósofo francês e um importante pensador do século XX, devotado especialmente à análise crítica da

moderna sociedade de consumo – exige do sujeito uma representação, a construção de uma imagem, nem sempre identificada com os anseios mais profundos que emanam do seu *eu* interior, para sobreviver ao assédio da sociedade industrial e da cultura de massa. As tensões que permeiam as relações entre ator, personagem e público, apontam acima de tudo para a ilusão – ou infundada esperança – de se pensar um individualismo capaz de colocar em prática os princípios que ele defende com tanto vigor. Surgem então as agruras do indivíduo quando ele é colocado como *ser no mundo*, no papel de *sujeito empírico*, que vive em um permanente *estado de angústia*, em constante luta pela sobrevivência do seu *eu mínimo* diante das ameaças e violências que o mundo moderno enseja. Edgard Morin, pensador francês dos mais renomados da atualidade que atua numa vasta área das ciências humanas que vai da cultura de massa à discussão de um novo paradigma de conhecimento visando a ampliar os horizontes da explicação científica, observa que

Há uma angústia que deve, necessariamente, assaltar o ser humano, o qual, quando se torna tudo, sabe ao mesmo tempo que não é nada. A cultura de massa recalca essa angústia tanto nos divertimentos cósmicos como no mito da felicidade ou na procura da segurança. Na realidade, a angústia sai por todos os poros da cultura de massa, mas, precisamente, sai expulsa por movimentos, agitações, trepidações, imagens de golpes, armadilhas, ataques, homicídios... (Morin, 1990:179).

Algumas análises situadas num nível macrosociológico também fornecem reflexões interessantes sobre as mesmas questões, enfatizando agora o ponto de vista do sistema, quer priorizando o aspecto ideológico, quer destacando o fator econômico, a indústria cultural ou os meios de comunicação de massa. A ideologia individualista, particularmente sob a feição que lhe engendra a sociedade liberal, tem sido objeto de vigorosas denúncias que, de uma forma ou de outra, condenam a opressão que ela exerce sobre o “sujeito empírico”. Entre elas se destaca o trabalho de Thierry Jeantet, economista francês, socialista, preocupado em propor mudanças radicais nas relações entre os cidadãos e o poder, através de uma utilização mais democrática dos meios de comunicação, de modo a possibilitar uma participação mais eficaz das camadas populares. Em *O indivíduo coletivo* (1986), Jeantet mostra como tal sujeito é vítima dos regimes embalados pelo capitalismo liberal que, através dos meios de comunicação – jornais, rádios, televisão –, proclamam a sua liberdade, mas que de fato é uma *liberdade vigiada* em proveito dos grupos instalados no poder. Eles fazem os sujeitos acreditarem estar desfrutando de uma liberdade e independência plenas, sem perceber que são manipulados pelo sistema que, de fato, os convoca para o *programa da produção*. Em tal *programa*, o papel por excelência reservado ao indivíduo é o de consumidor. E este, de bom grado, se submete ao que o sistema produtivo lhe reserva porque o consumo

constitui uma espécie de ponte que liga o sujeito às promessas feitas pela propaganda e pela indústria cultural da sociedade de consumo. E essas promessas não são vãs: o consumidor *sente* a eficácia do processo, acredita realmente que é parte da realidade mágica que lhe pinta a propaganda cada vez mais aperfeiçoada em termos tecnológicos e de conteúdos psicológicos e, portanto, se convence de que está positivamente inserido no sistema.

Nesse caso, o *homem consumidor* é a um só tempo o centro e a vítima do mundo da produção e do Estado liberal, no momento mesmo em que este vai adquirindo condições de lhe propiciar segurança, educação e amparo na velhice. *Centro*, porque a indústria cultural e o liberalismo se organizam com o objetivo manifesto de lhe proporcionar as condições para realizar plenamente suas potencialidades e qualidades humanas, num quadro de segurança e conforto. *Vítima*, porque em termos reais, práticos, o sujeito se vê ameaçado, quando não tiranizado, pelos próprios instrumentos criados para se colocarem a seu serviço, com destaque para os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão. Pierre Bourdieu (1930-2002), antropólogo, sociólogo e pensador francês dedicado às várias áreas do saber com destaque para a política e o papel do Estado, a metodologia científica e o simbolismo, em seu vigoroso e polêmico ensaio *Sobre a televisão* (1997) refere-se a ela como um pernicioso mecanismo de violência simbólica. Numa linha de argumentação semelhante, Jean Baudrillard, filósofo francês que tem produzido reflexões importantes nas áreas da política, da sociologia e da antropologia sobre a alienação da sociedade moderna, a compulsão mórbida de consumo e a perda de valores éticos, afirma que

As mídias nos reconciliam com a violência, com a guerra, com a banalidade. A publicidade, este sacramento nupcial e esta extrema-unção, nos reconcilia com nosso ambiente artificial (...) Transformado ele mesmo em vírus, o homem saqueia seu habitáculo e santuário. E o maior mistério é que talvez ele tenha sido criado para isso, que este seja seu destino (Baudrillard, 1995: 40,41).

Disso resulta uma espécie de cerco crescente a que o sistema de produção, em sintonia com o a ideologia individualista, submete o indivíduo, o qual em uma reação de proteção e defesa volta-se cada vez mais para o espaço privado, para sua individualidade. Não deixa de ser paradoxal a percepção de que o indivíduo consumidor, se por um lado, se vê como agente participativo da sociedade de consumo e integrado na respectiva cultura de massa, por outro, se sente acuado pelas ameaças emanadas do próprio sistema que põe em risco a sobrevivência do *mínimo eu*. Com isso, desenvolve uma atitude cada vez mais centrada em *si mesmo*, um comportamento eminentemente individualista, narcisista, retroagindo a espaços cada vez mais individualizados. Edgard Morin sintetiza bem esse quadro ao destacar o papel do consumo e da cultura de massa na vida moderna.

Na medida em que as grandes organizações ignoram ou esmagam o homem concreto, é no consumo, no lazer, na vida privada que este pode encontrar ou reencontrar interesse, competência e prazer. *O homem consumidor*, sendo por excelência aquele que se realiza no tempo presente, tempo que pode ser simbolizado pelo próprio ato da consumação em si, desde o momento em que se abrem as possibilidades de consumo e de lazer, *procurará consumir mais sua própria vida*. O indivíduo privado que quer consumir sua própria vida tende a valorizar o presente. Fica, além disso, cada vez mais privado de passado; este não lhe fornece mais sabedoria e norma de vida; os antigos valores, as grandes transcendências são esmagadas por um devir acelerado. (...) A cultura de massa responde essencialmente a esse *hiperindividualismo* privado. Mais ainda: contribui para enfraquecer todos os corpos intermediários – desde a família até a classe social – para constituir um aglomerado de indivíduos, – a massa – aos pés da Super-Máquina social (1990:175).

José Sávio Leopoldi

Professor da Universidade Federal Fluminense - UFF

Referências bibliográficas

- ANDRADE, C. D. *Poesia*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- AUGÉ, M. *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BAUDRILLARD, J. *Cool memories II*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CALLIGARIS, C. *Crônicas do individualismo cotidiano*. São Paulo: Ática, 1996.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DUMONT, L. *Homo hierarchicus*. São Paulo: Edusp, 1992.
- DURKHEIM, E. *Sociologia e filosofia*. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- GELLNER, E. *Condições da liberdade: a sociedade civil e seus rivais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- JEANTET, T. *O indivíduo coletivo*. São Paulo: Vértice, 1986.
- LASCH, C. *A cultura do narcisismo – a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- _____. *O mínimo eu – sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MAFFESOLI, M. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- MORIN, E. *Cultura de massas no século XX - vol. 1: Neurose*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

Resumo

O objetivo do artigo é discutir as implicações da ideologia individualista que tem como referência a noção de um indivíduo idealizado, muito afastado do ser concreto ao qual serviria de modelo. Enquanto aquele aparece como um ser social idealizado, o agente real – o sujeito – se vê impossibilitado de copiar-lhe o perfil. Porém, obrigado a adaptar-se ao mundo moderno – sob o comando da produção capitalista e dos meios de comunicação – o sujeito desempenha o papel de “ator-consumidor”, na expectativa de apresentar-se como aquele indivíduo idealizado, ilusório e abstrato. Dessa perspectiva, o individualismo acaba agindo contra o sujeito, à medida que o obriga a apresentar-se como um indivíduo bem integrado na sociedade, enquanto ignora sua natureza mais exclusiva que é a sua subjetividade.

Palavras-chave

Individualismo; Holismo; Modernidade; Indivíduo; Sujeito.

Abstract

This article intends to discuss the implications of the individualistic ideology that derives from the notion of an idealized individual, very different from the concrete being, to which it would serve as model. Whereas that individual appears as the ideal social being, the subject – the concrete being – sees himself unable of copying his profile. However, forced to adapt to the modern world – under the command of the capitalist system and the mass media – the subject plays the “actor-consumer’s” role, expecting to present himself as that idealized, illusory and abstract individual. From this point of view, the individualism ends up acting against the subject, constraining him to present himself as an well integrated individual in the society. As a result, the individual’s more exclusive nature – his subjectivity – is ignored by the individualism.

Keywords

Individualism; Holism; Modernity; Individual; Subject.